



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

FEAM	
Protocolo nº: 09098261/2010	78
Divisão: 2401/Engm	FL. Nº
Mat.:	Visto:

Processo nº: 1565/2004/001/2004

Assunto: Requerimento de TAC

Interessado: ASCÂNIO TURISMO E EXCURSÕES LTDA.

ADENDO AO PARECER JURÍDICO DE FLS.66/68

A sociedade empresária em epígrafe requereu em seu recurso apresentado à Câmara Normativa e Recursal do COPAM a assinatura de Termo de Compromisso, sem apresentar sua proposta. Notificado pela FEAM, informa que a área objeto da autuação está desativada há muitos anos, não existindo quaisquer danos ainda a serem reparados (já foram reparados no passado), bem como comprovar que não existem mais quaisquer possibilidade de existirem degradações futuras".

Solicitado, ainda, o recorrente a emissão do Termo de Compromisso a ser celebrado, bem como indicar a forma de pagamento da multa com a redução da multa de 50% (cinquenta por cento), observada no artigo 49, §2º do Decreto nº 44.844/2008.

Cabe mencionar, por necessário, que a proposta a ser apresentada pelo recorrente contendo medidas de controle ambiental visando à eliminação das condições poluidoras ou à reparação dos danos eventualmente causados deve ser apresentada pelo autuado e não pela FEAM. Para tanto o autuado foi notificado para sua apresentação e atribuiu o ônus à FEAM, requerendo o benefício de 50% do valor da multa aplicada.

O fato é que a autuada não apresentou nenhuma proposta de Termo de Compromisso em seu recurso apresentado, nem mesmo após sua notificação e informa que já reparou no passado danos, o que é uma obrigação de quem polui e degrada o meio ambiente.

O ponto informado pelo recorrente de que a multa aplicada deve ser reduzida em 50% (cinquenta por cento), independentemente da assinatura do Termo de Compromisso, por já terem sido tomadas todas as providências, como poderemos demonstrar, não poderá prosperar por falta de amparo legal.

A afirmação do recorrente de que faz jus a redução é sem sombra de dúvida destituída de norma, principalmente com a redação dada na Lei e em seu atual Regulamento.

Para melhor elucidação da matéria podemos apontar a Lei 7.772/80 em seus artigos 16 e 17, *in verbis*:

"Art. 16.....

§6º - Até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa de que trata o inciso II do caput deste artigo poderão ser convertidos, mediante assinatura de termo de compromisso com o órgão ambiental competente, em medidas de controle, que poderão incluir ação reparadora a ser realizada em qualquer parte do território do Estado, sem prejuízo da reparação do dano ambiental diretamente causado pelo empreendimento.

Art. 17 - A defesa ou a interposição de recurso contra pena imposta por infração ao disposto nesta Lei não terão efeito suspensivo, salvo mediante Termo de Compromisso firmado pelo infrator com a Semad ou suas entidades vinculadas obrigando-se à eliminação das condições poluidoras ou à reparação dos danos eventualmente causados no prazo fixado pelo Copam, nos termos do regulamento desta Lei."

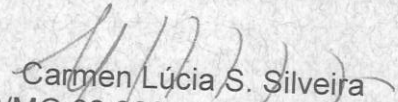
Podemos facilmente afirmar que somente mediante a assinatura do Termo de Compromisso é que ocorrerá a suspensão da exigibilidade da penalidade de multa, não com um simples requerimento e após a comprovação pelo órgão ambiental de que o Termo de Compromisso foi totalmente cumprido é que existe a possibilidade de redução da penalidade de multa.

Por derradeiro, a única interpretação dada desde a criação da Lei 7.772/80 para o Termo de Compromisso é de que um instrumento mediante o qual o infrator obriga-se à eliminação das condições poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, dentro prazo razoável, mediante um cronograma físico-financeiro e aprovado pelo órgão ambiental. A finalidade do instrumento não é de redutor de penalidade.

ANTE AO EXPOSTO, ratificamos as demais alegações apresentadas no parecer jurídico anterior, mantendo pelo INDEFERIMENTO DO RECURSO apresentado, pela Câmara Normativa e Recursal do COPAM, sem a redução de até 50% da multa aplicada, por falta de amparo legal no ordenamento jurídico.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2012.


Carmen Lúcia S. Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043755-9